

**COMO AS
EMPRESAS DE
QUALQUER
PORTE PODEM
APLICAR AS
NOVAS REGRAS**

Versão: 03 de abril 2020 / 15h00

O que é

A empresa pode suspender os contratos de trabalho ou combinar com seus funcionários uma redução **na jornada e no salário de até 70%**. O governo federal irá pagar o percentual de redução com base no valor do seguro desemprego.

Para quem é

Para os trabalhadores **com carteira assinada**. As regras são diferentes, dependendo da renda do trabalhador. Não há distinção de categoria profissional. O trabalhador que concordar com a suspensão ou redução terá estabilidade depois, pelo mesmo período de duração do acordo.

Quem não pode

Trabalhadores que já **estejam recebendo o seguro-desemprego** não se enquadram nas medidas. Também não estão incluídos os trabalhadores do setor público ou de subsidiárias de empresas públicas.

Suspensão

A medida prevê a possibilidade de **suspensão total do contrato pelo período de dois meses**. Para essas pessoas, o governo pagará parcela integral do seguro-desemprego (que vai de R\$ 1.045,00 a R\$ 1.813,03). O empregado não poderá prestar nenhum serviço ao estabelecimento durante este período. Permanecem benefícios voluntários como vale-alimentação ou plano de saúde.

As empresas que faturam **mais que R\$ 4,8 milhões ao ano** poderão suspender os contratos, mas mantendo o pagamento de **um terço do salário** para os trabalhadores que estejam com o contrato em suspensão. Este valor não tem caráter de salário, e sim de complementação, não incidindo sobre ele, portanto, os encargos trabalhistas. O trabalhador que aderir ao acordo não terá nenhum impacto futuro no recebimento do seguro-desemprego em caso de demissão. O depósito da parcela do seguro-desemprego será depositado diretamente pelo governo na conta do trabalhador.

Redução de jornada

O primeiro grupo (e principal alvo do programa) reúne empregados formais que recebem até três salários mínimos (R\$ 3.117). Para esses trabalhadores, estão autorizadas reduções de jornada e salário de 25%, 50% ou 70% por até três meses (mantido o salário-hora). Basta um acordo direto para efetivar o corte. Nesse caso, o governo paga ao trabalhador uma proporção do valor do seguro-desemprego equivalente ao percentual da redução. **O seguro-desemprego varia de R\$ 1.045 a R\$ 1.813,03.**

O segundo grupo do programa de proteção ao emprego deve ter renda mensal entre R\$ 3.117 e R\$ 12.202. Trabalhadores com esse perfil salarial têm regras diferentes. A jornada e rendimentos podem ser reduzidos em até 25% por acordo individual. Para redução de 50% ou 70% é preciso acordo coletivo.

Para quem ganha **mais de R\$ 12.202 por mês**, também há o acesso ao benefício e pode-se firmar um acordo individual, se o empregado tiver diploma de ensino superior.

Como calcular

No exemplo, um trabalhador que ganha R\$ 3.000 por mês nos últimos 12 meses. Por acordo, o seu salário é reduzido em 70%. Veja como calcular:



A empresa paga R\$ 900 (30% do salário de R\$ 3.000) do trabalhador

O governo paga R\$ 1.269,12, ou 70% do valor do seguro-desemprego

O trabalhador recebe, nestes dois meses, R\$ 2.169,12

Acordos

Os acordos coletivos valem para todas as faixas salariais da folha. No entanto, quem ganha até R\$ 3.117 ou mais de R\$ 12.202 (e tem diploma de nível superior) pode optar por fazer um acordo individual com a empresa. A empresa tem de informar os acordos em até 10 dias à Secretaria do Trabalho do governo federal. Os acordos coletivos irão ocorrer em um rito rápido, facilitando a adoção.

Prazos

O pagamento das parcelas do seguro-desemprego por parte do governo será mensal. A primeira parcela será paga no prazo de 30 dias a partir do momento em que a empresa informar ao governo o fechamento do acordo. O prazo para que a empresa faça a comunicação, a partir da data da celebração do acordo, é de dez dias.

Pagamento

Detalhes de como ocorrerão os pagamentos do governo aos trabalhadores estarão definidos em ato do Ministério do Trabalho, ainda não publicado. O que se sabe é que o pagamento ocorrerá diretamente na conta do empregado, sem intermediação da empresa.

Assembleias

As reuniões para decisão de acordo coletivo poderão ser feitas por meio eletrônico, assim como a formalização das decisões. O prazo para a tomada de decisão é mais curto do que determina a CLT.

Em parceria com o Sebrae: Perguntas Frequentes

Como vai funcionar o aviso do acordo à Secretaria do Trabalho? Haverá um meio eletrônico rápido para agilizar esta comunicação?

A MP deu a prerrogativa para utilização de meios eletrônicos em convenções coletivas, inclusive para formalizações. Para aviso do acordo individual (Empregador/Empregado), a MP informou que deverá ser comunicado em 10 dias. Os procedimentos para comunicação deverão ser detalhados na regulamentação a ser realizada pelo Ministério da Economia em breve.

No percentual pago pela empresa como salário, após a redução, vão incorrer os mesmos encargos do salário normal? Ou haverá algum tipo de desoneração?

Os encargos são os mesmos, porém incidirão sobre o montante já com a redução. Na prática há a redução do valor pago de encargos, porém não se trata de desoneração.

E se o empregado tem mais de um vínculo empregatício?

O empregado com mais de um vínculo formal de emprego poderá receber cumulativamente um Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda para cada vínculo com redução proporcional de jornada de trabalho e de salário ou com suspensão temporária do contrato de trabalho (ressalvado os casos dos contratos intermitentes).

Em parceria com o Sebrae: Perguntas Frequentes

Como fazer em relação aos funcionários que foram postos em férias? E em relação à licença-maternidade?

A decisão pela redução de jornada/salário ou suspensão temporária deverá ser encaminhada ao empregado com antecedência mínima de dois dias. Recomenda-se aguardar o findar das férias para propor qualquer das medidas. Entretanto, a MP não faz barreira ao aviso durante as férias (que em tese, já foram remuneradas). A licença maternidade não gera o direito ao benefício emergencial. Em razão de a empregada ser beneficiária da previdência social (Licença Maternidade), o Benefício Emergencial não será devido a ela.

A medida contempla de alguma forma o pro-labore?

A medida não tratou de sócios que percebam pro-labore, apenas de empregados com vínculos formais, exigindo assim uma relação de emprego.

Se o funcionário já foi demitido pode se aproveitar do benefício?

Não. Se ele já foi demitido, não tem mais vínculo empregatício e não se encaixa no programa. Mas ele pode se beneficiar do seguro-desemprego normalmente. Se o funcionário está em aviso prévio, pode ser revertido e se encaixar do benefício através da suspensão do contrato ou redução da jornada e de salário.

Se o trabalhador não cumpriu os requisitos para ter acesso ao seguro-desemprego, ele pode ter direito aos benefícios mesmo assim?

Sim, o benefício ocorre à luz e usa mecanismos do seguro-desemprego, mas não é o seguro-desemprego. Portanto o trabalhador tem direito de usufruir.

abvtex
**associação
brasileira do
varejo têxtil**

**Mais informações em:
www.abvtex.org.br**